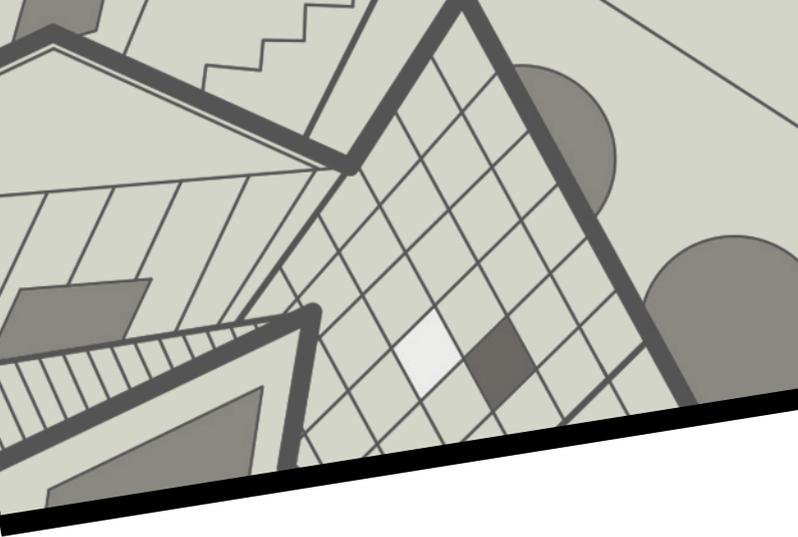




TEORIA



O PROJETO DA MORADIA DESENHADO NA AREIA: REFLEXÕES SOBRE UM HABITAR SIMULADO PARA UMA CIDADE ILUSÓRIA

ADRIANA CAPRETZ MANHAS
PROFESSORA FAU/UFAL

ADRIANA.CAPRETZ@FAU.UFAL.BR

LEONARDO FIREMAN DE CASTRO SILVA

DOCTORANDO PPGAU UFAL

LEONARDOFIREMAN.EDU@GMAIL.COM

Como escrever senão sobre aquilo que não se sabe ou que se sabe mal? É necessariamente neste ponto que imaginamos ter algo a dizer. Só escrevemos na extremidade de nosso próprio saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro. É só deste modo que somos determinados a escrever (Gilles Deleuze, “Diferença e repetição”) A habitação é um dos elementos principais do cotidiano das pessoas nas cidades. Independentemente do poder aquisitivo de cada cidadão está a necessidade de morar, de residir em um lugar confortável e de dimensões adequadas, capaz de abrigar com dignidade as famílias.

A ideia de desenvolver este texto decorreu de questionamentos e discussões que vêm surgindo na disciplina História da Arquitetura, da Arte e da Cidade 4 (FAU Ufal), cujo foco é a cidade e a arquitetura no Brasil da Revolução Industrial até a atualidade, e de conversas sobre o tema de uma tese de doutorado em curso que versa sobre os efeitos da publicidade para se vender residenciais fechados em Maceió. Neste texto, a reflexão é sobre a disseminação de um modelo idealizado de habitar que vem sendo progressiva e quase exclusivamente intramuros (sejam condomínios ou loteamentos fechados), alterando definitivamente a vida das pessoas a partir da morte da cidade enquanto palco para a convivência entre as diferenças.

Até bem pouco tempo atrás, o condomínio fechado representava, na maior parte das cidades brasileiras, uma excentricidade de ricos que desejavam se agrupar em “feudos” superprotegidos por muros, guaritas e torres de vigilância. Foi assim com o pioneiro Alphaville (Barueri – SP, 1973) e seguiram centenas de outros como o Aldebaran (Maceió, 1981) que vêm se proliferando progressivamente

pelo Brasil há quase meio século, num processo chamado por Brandão (2013) de “refeudalização soft”, já que parece ser a nossa opção vivermos no isolamento do nosso habitat, conectados com o mundo e desconectados de quem está ao nosso lado.

Entretanto, o modelo de uma cidade composta por parcelas muradas - verdadeiros enclaves que impedem a mobilidade urbana e incentivam a segregação social - passou a ser livremente reproduzido pelo mercado, que dita as demandas e atingiu parcelas mais amplas da população. Empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que foi criado justamente para suprir o grande déficit habitacional e representam a maior parte da movimentação do mercado imobiliário atual, proliferam-se no formato de condomínios de prédios ou casas, atingindo até mesmo as faixas 1 (renda mensal de até R\$1.800,00) e 1,5 (renda mensal de até R\$2.600,00). O interesse dos agentes sociais responsáveis pelas táticas de venda e implantação desses espaços resulta na criação de estratégias persuasivas que condicionam o imaginário à aceitação da ideia segundo a qual os condomínios fechados são a solução para os problemas reais da cidade e a garantia de felicidade individual, potencializando a demanda para o consumo por esses empreendimentos. Por outro lado, o capital privado passa a responder por obrigações que eram do poder público como a promoção de segurança, lazer e manutenção das vias - mas apenas para quem pode pagar - tomando as rédeas da expansão da cidade de acordo com os interesses próprios.

SEGUIMOS OS PIORES MODELOS: UM POUCO DE HISTÓRIA

Embora nos diversos momentos da história da civilização as classes mais favorecidas sempre tenham buscado formas de vida fora da agitação da cidade, sobretudo após a Revolução Industrial, foi a partir do início do século 20 que passou a haver uma operação conjunta entre os empreendedores imobiliários e os diversos setores privados no intuito de criar estratégias eficazes de marketing com fortíssimo poder de persuasão, despertando nas pessoas o desejo de morar de forma segregada e exclusiva.

No contexto da Revolução Industrial, começou-se a delinear o planejamento urbano a partir dos efeitos negativos das aglomerações de trabalhadores nas cidades que não estavam preparadas para recebê-los. Aos olhos dos contemporâneos, toda a cidade estava doente, considerada um câncer, um tecido patológico e doentio, acusada de corromper a raça humana, de destilar o vício e o crime, como descrito na literatura policial da época. Mas foram os cálculos com as perdas de dias de trabalho com doenças que os trabalhadores submetidos a viver em habitações insalubres, bem como as contaminações e mortes atingindo as pessoas de todas as faixas de rendas, que levaram os planejadores urbanos a promover estudos e intervenções em operações conjuntas entre a polícia, a política, a medicina e a engenharia.

Entretanto, o pavor que pairava não era necessariamente sobre as condições de vida dos trabalhadores, mas “o verdadeiro terror que dominava a classe média [...] era de que a classe trabalhadora se sublevasse. E em parte alguma esse medo era maior do que nos meios governamentais” (Hall apud SOUZA & RIBEIRO FILHO, 2017).

E foi então que a cidade passou a ser tratada como uma questão técnica - com

estudos de engenharia para promover a higiene do habitat e da cidade por meio de um novo desenho urbano e das plantas das habitações; e sanitária – com médicos atuantes no controle de epidemias e tratamento das doenças decorrentes da insalubridade. Juntamente com a ação de engenheiros e médicos, foram criadas as primeiras leis sanitárias, com intervenção policial para garantir o seu cumprimento (BEGUIN; 1991).

A promoção de moradias suburbanas pelo governo inglês teve, antes de tudo, uma motivação política: dotando a classe operária com casas ajardinadas e equipadas internamente com as comodidades de um típico lar de classe média, evitavam manifestações populares e propagação de ideais comunistas, por meio da construção de uma prova “visível” da irrelevância da revolução. Portanto, a solução urbana foi a de dispersar e desconcentrar a população, promovendo a ocupação de áreas distantes da cidade. Para isso, era necessário melhorar a locomoção entre os subúrbios e as áreas centrais. Em 1902, foi criada a companhia Underground Electric Railway of London Limited e a lucrativa parceria entre empresas de transporte e empreendedores imobiliários foi a principal estratégia para a expansão suburbana inglesa, já que quanto mais se ampliavam as linhas de metrô, mais se viabilizava a construção de novos subúrbios (HALL apud SOUZA E RIBEIRO FILHO; 2017).

O modelo inglês de se apartar do “caos” da cidade foi rapidamente adotado pelos norte-americanos e constituiu a maior transformação da paisagem cultural dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra, conforme explicam Keith & Del Rio (2003). Nos Estados Unidos, a estratégia mais eficaz de propaganda publicitária foi por meio da recém-criada e cada vez mais popular televisão, que a partir da

década de 1950 foi o principal veículo para disseminar o “american way of life”.

As novelas e séries americanas cumpriram um eficaz papel de difundir o modelo idealizado de vida que passou a ser perseguido por toda a classe média branca: uma casa equipada com eletrodomésticos modernos e um carro na garagem, chefiadas por um pai trabalhador e uma mãe dona-de-casa, em um bairro tranquilo, distante dos “problemas” da cidade, onde crianças poderiam crescer livres e felizes. Nenhuma crise ou aspecto exterior poderia abalar a ordem e a perfeição que caracterizava as famílias suburbanas.

Puritanos de origem, a intelectualidade norte-americana, de Thomas Jefferson a Frank Lloyd Wright sempre viu com desconfiança esse ajuntamento de pessoas num mesmo espaço chamado cidade, e inventou diversas formas de neutralizar o poder subversivo dessa aglomeração, entre as quais figuram algumas de suas marcas registradas, como o automóvel e a suburbanização (LARA; 2001).

A partir da década de 1960, o modo de viver suburbano passou a ser seriamente criticado. Em 1961, Jane Jacobs publicou “Morte e vida de grandes cidades”, onde responsabilizava o urbanismo moderno, com separação extrema das funções e investimento na construção de rodovias, pela expansão dos subúrbios os quais, ao

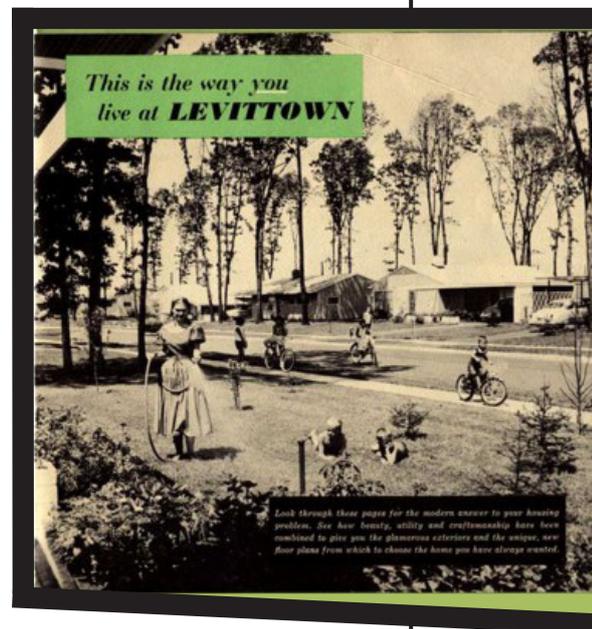


Figura 1: Matéria de revista mostrando o “sonho americano” após a 2ª Guerra.

Fonte: Site do The Guardian, [S. d.].

seu ver, estavam causando a morte das cidades pela perda da diversidade e das relações informais espontâneas, condição primordial para a manutenção da vitalidade urbana.

Com a perda da atração original dos subúrbios, foram desenvolvidos novos conceitos de desenho que buscavam uma recuperação no senso de comunidade e lugar que tinham sido perdidos. Keith E Del Rio (2003) explicam que já nos primeiros anos da década de 1980 foram criadas alternativas ao crescimento suburbano como o New Urbanism, que também é muito contestado pelos urbanistas, sob alegação de que não oferece resposta aos problemas urbanos já existentes, já que trata-se de propostas de empreendimentos novos e oferece uma opção de escolha para uma classe média branca que já tem outras opções, deixando de fora quem mais precisa, que são os negros e pobres. Em outras palavras, a questão da segregação e isolamento já conhecidos nos subúrbios americanos permanecem no modelo do New Urbanism. Segundo Lara (2001), houve “[...] um aumento significativo no número de condomínios fechados, gentrificação, conservadorismo estilístico, homogeneidade e uma imagem geral de intolerância”.

A vida nos subúrbios passou a ser o desejo dos ingleses no início do século 20, dos americanos após a Segunda Guerra, e o restante do mundo ocidental vem gradativamente adotando este “novo” paradigma de morar - segregado e intramuros, ainda que baseado no resgate de velhas maneiras de morar em casas unifamiliares, rodeadas de verde e protegidas da violência urbana. Vinte anos atrás, Mumford (1998, p.525) já alertava para a necessidade de frear este movimento: “O que ocorreu com o êxodo urbano nos Estados Unidos ameaça agora, graças aos

mesmos instrumentos mecânicos, verificar-se, em velocidade igualmente acelerada, em todo o resto do mundo.”

No Brasil, os primeiros modelos foram implantados já na década de 1970. Caldeira (2000) explica que este novo modelo de segregação vem substituindo aos poucos o padrão dicotômico “centro-rico/periferia-pobre” muito comum no contexto latino-americano.

O AVANÇO DOS CONDOMÍNIOS PARA TODAS AS FAIXAS DE RENDA NO BRASIL: OFERTA OU DEMANDA DE MERCADO?

Pinto (2016) fez uma análise dos condomínios fechados vendidos para usuários da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (voltado para famílias com renda de até R\$1.800), a partir do estudo de caso de Pelotas (RS) e revelou que o modo de promoção do PMCMV sob a forma de condomínios fechados é predominante naquela cidade, correspondendo a 90% dos empreendimentos, e empregam estratégias similares de implantação em outras cidades, como “empreendimentos de grande porte e contíguos, e com diversos problemas de gestão condominial, como inadimplência de taxas e ausência de manutenção e segurança patrimonial”, concluindo que esta forma de promoção de habitação de interesse social (HIS) é inadequada. Esta quantificação está sendo feita para Maceió.

Contrariando um dos próprios objetivos iniciais do PMCMV quando foi criado, que era o de ampliar o acesso à moradia mas também à cidade, recentemente, o Ministério das Cidades criou uma nor-

mativa segundo a qual os financiamentos de empreendimentos voltados para a Faixa 1 devem ser exclusivamente em condomínios, mas a gestão e os encargos com serviços públicos ficam por conta da municipalidade, segundo informações de técnicos da SEDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente /Prefeitura Municipal de Maceió). Outra contradição vinda do próprio poder público (no caso, a Prefeitura de Maceió) é a ampliação do perímetro urbano para imensas áreas antes classificadas como rurais, onde novos empreendimentos de condomínios fechados para as mais diversas faixas de renda têm se multiplicado. Nos interstícios, imensos vazios urbanos passam a onerar a cidade, que divide entre a coletividade os custos com a infraestrutura urbana para terrenos cujos lucros são concentrados apenas entre os proprietários dessas imensas áreas de especulação imobiliária. Completamente distantes e isolados de todos os serviços oferecidos pela cidade (mas legalmente dentro do perímetro urbano), proliferam-se ao longo da Avenida Menino Marcelo e Rodovia AL 104 uma enorme quantidade de empreendimentos de condomínios fechados financiados pela recém-criada Faixa 1,5 (renda familiar de até R\$2.600) e para a Faixa 2 do PMCMV (ampliado para famílias com renda de até R\$4.000).

Nos filmes publicitários disponíveis nos sites das construtoras (para esta faixa de renda no mercado as que mais ofertam em Maceió são a MRV e a Engenharq) ou de corretores imobiliários para promover a venda desses empreendimentos pode-se perceber que são usadas praticamente as mesmas estratégias de persuasão nos discursos recorrentes nas propagandas de condomínios de luxo: segurança (com a presença de muros e guarita), lazer, área verde e paraíso. Outra recorrência é o emprego do nome “jardim” aos

empreendimentos, que também remete ao ideal de paraíso garantido pelo contato com a natureza perdido na cidade, estratégia que vem funcionando desde que o inglês Ebenezer Howard mudou o nome de sua criação “Town-Country” (em 1898) para “Garden-City”. Desde então, o nome “jardim” vem sendo amplamente utilizado para nomear desde bairros, loteamentos ou condomínios fechados, detalhe que agrega valor simbólico ao empreendimento.

O mercado é pautado pela demanda e esta é influenciada pela mídia, que está a serviço do mercado. Percebe-se que as mesmas estratégias outrora usadas pelos governantes ingleses de promover a suburbanização como forma de “contentamento” da classe operária (ou seria “contenção”), bem como da classe média norte-americana do segundo Pós-Guerra, vem sendo empregada com o avanço dos condomínios para usuários das faixas 1 e 2 do PMCMV.

Assim, confinadas nos seus “feudos”, uma quantidade cada vez maior de cidadãos deixa de perceber com tanta intensidade o quanto a cidade lhes é negada, afinal, eles estão seguros em lugares com guaritas e muros, e ainda tem a garantia de lazer exclusivo! Portanto, é uma forma de contentar a classe trabalhadora de menor renda que passa a se sentir “parte de uma “cidade” (que na verdade lhe nega tudo: infraestrutura, segurança, lazer, espaços de convívio, mobilidade) e repete mimeticamente o comportamento dos ricos, que é de se isolar em seus espaços privados e deixar os espaços públicos para aqueles que não tem condições para fazer parte deste “grupo exclusivo”.

Leitão (2011) acredita que “organizada em torno do espaço privado, a cidade brasileira ainda não construiu o seu espaço público porque esse tem sido o

seu modo particular de segregar pessoas social e etnicamente menosprezadas na sociedade brasileira, da colônia aos nossos dias”, reproduzindo o modelo da casa-grande, amplamente estudada por Gilberto Freyre como o centro da organização social do Brasil patriarcal. Ao reproduzir exaustivamente a casa-grande, ratifica um modelo espacial essencialmente privado (cujas manifestações mais recentes são os shopping centers e os condomínios fechados) exclusivo e excludente, segregador. Na paisagem colonial da casa-grande, não havia lugar para o que não era familiar e portanto, público. Para a autora, possivelmente, deriva daí o processo de profunda negação da rua, da colônia aos nossos dias, mesmo que a sociedade ainda não se dê conta dos custos sociais e urbanísticos deste modo de edificar.

Conviver entre iguais não garante a ausência do conflito. Como alerta Dunker (2015), pelo contrário, nos espaços ilusoriamente protegidos das ameaças externas, “cria-se uma guerra de todos contra todos entre iguais.” Existem vários estudos que apontam os efeitos negativos para a sociabilidade de pessoas que vivem “entre iguais” e cercados por muros. A ideologia da segurança em detrimento da liberdade parece estar prevalecendo e assistimos a tudo resignados em nossos “habitats simulados” (desde que o Netflix e o wi-fi estejam garantidos).

Essa refeudalização, que nos conduz a uma espécie de barbárie cultural e tecnológica, assenta-se numa concepção [...] de que o indivíduo é autossuficiente, tem uma identidade que não passa por sua interação com os outros (ao contrário, o diverso parece dever ser anulado) e é capaz de ser feliz sozinho a partir do gozo e da mercadoria que ele adquire. Essa ideologia permeia até mesmo suas relações com os amigos e

com aqueles ou aquelas que diz amar, mas que na verdade são considerados apenas como objetos a serem consumidos ou como instrumentos para realização do próprio gozo. Esse gozo é efêmero e insatisfatório (BRANDÃO, 2013, p. 45).

O mercado e a mídia incentivam a todo momento o “culto à solidão” nos oferecendo cada vez mais produtos que nos atraem para o ambiente doméstico sob a alegação de facilitar o dia-a-dia. Afinal, a internet de fato nos permite pesquisar preços e fazer compras sem que precisemos sair de casa, nos poupando do desgaste com o trânsito e do temido “perigo das ruas”, e sem perceber já caímos na armadilha do fascinante universo da tv por assinatura e outros atrativos que nos roubam do espaço público e da interação com as pessoas, nos sonogando o aprendizado com as experiências cotidianas do convívio com as diferenças. Rolnik (2017) apresenta um dado interessante sobre a construção do discurso do medo pela mídia revelado a partir de um estudo realizado em 2017 sobre mortes violentas no Brasil: a maior parte dos homicídios ocorre entre amigos, vizinhos ou gente da própria família, como nos casos de violência doméstica e feminicídio. Portanto, o perigo não está fora, ele tem endereço certo.

O estilo de vida consumista, individualista e sempre desconfiado do “outro” que os norte-americanos tão bem propagaram por meio da televisão desde o segundo pós-guerra continua, mais do que nunca, exercendo domínio sobre nossa capacidade de decisão acerca de uma vida livre de muros, controle e vigilância. Iludidos pela falsa ideia de segurança em relação ao que nos é novo e diferente, acabamos presos em nossos habitats “virtualmente” interativos e buscando essas experiências – as quais nunca serão compen-

sadas de outra forma que não seja pela interação “face a face” – nos vícios virtuais das mais diversas naturezas como jogos, séries, filmes, compras, voyeurismo, fofocas, selfies etc.

A lógica do bem-estar de habitar e consumir espaços privados teoricamente elimina o sofrimento (pois sabemos que não é verdade) mas por outro diminui nossa capacidade de lidar com as diferenças, atitude que Freud denomina “narcisismo das pequenas diferenças” (DUNKER; 2015). Se nossa vida é pautada por questões individuais e nos acomodamos ao isolamento, então não há interesse na luta por espaços públicos dignos porque simplesmente temos a ilusão de que não precisamos deles, já que nossos espaços privados irão nos suprir. Conforme lembra Otilia Arantes (2001, p.162),

Ao se querer restituir à cidade a sua dimensão cívica, há pois que se atentar para o fato de que o declínio do homem público e o correspondente alargamento da esfera privada - porém desfigurada como intimidade narcisista - está na origem da maior parte das patologias urbanas.

Harvey (2013) afirma que “A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar.” Tal qual a classe média norte-americana e sua tendência histórica ao repúdio pela aglomeração urbana, estaríamos nós herdando este péssimo “hábito” como já exposto anteriormente, ou apenas retornando às nossas origens de casa-grande e senzala?

O PREÇO DO DESCONFORTO CAUSADO PELA “DE-SURBANIZAÇÃO”

A expansão urbana espraiada torna a cidade cara sob vários aspectos:

- Dependência exclusiva do transporte motorizado para atividades mínimas e comprometimento da mobilidade urbana:

Enquanto grandes “ilhas urbanas”, os condomínios dificultam e obstruem a circulação na cidade, devido aos desvios que são necessários durante os trajetos de carro ou ônibus. A mobilidade está entre os maiores problemas urbanos, que gera outros gastos com manutenção da infraestrutura, aumento de doenças em quem passa horas dentro de um veículo público ou privado para chegar ao trabalho ou escola todos os dias. Por outro lado, em vez de se investir em transporte público de qualidade, bem como a construção de calçadas e passeios decentes e seguros, o poder público gasta milhões com estratégias que já se mostraram ineficazes como ampliação e alargamento de vias as quais logo estarão congestionadas também com o aumento do transporte individual.

- Gastos excessivos para a manutenção de uma cidade dispersa e especulação urbana:

A implantação e a manutenção de infraestrutura de água, esgoto, energia elétrica, equipamentos urbanos, coleta de lixo, manutenção de espaços livres torna-se muito cara para ser levada para longe e ainda valoriza terrenos nos espaços que ficam ociosos, mas sem função social nenhuma, apenas especulando como parasitas da sociedade.

- Aumento da insegurança nas ruas:

A proliferação de condomínios gera trajetos inóspitos, desabitados e portanto, perigosos, pois enfraquecem ou anulam as interações que a apropriação do espaço público possibilitam e que garantem a segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: E O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA?

Concordando com Whitaker (2011), de uns anos para cá, os ideais de sucesso profissional para a arquitetura no Brasil parecem reduzir a uma questão apenas autoral (e não está em discussão a qualidade dos projetos), mas que é destinada quase que invariavelmente aos estratos sociais de alta renda. Pode-se dizer que é uma irresponsabilidade pensar apenas na arquitetura e ignorar o espaço e a escala da cidade e, nesse sentido, estamos sem dúvida deixando de cumprir nosso papel social.

O arquiteto sempre foi, por natureza, um transformador do espaço, de forma a promover qualidade de vida e igualdade. Assim como assistimos tacitamente a promoção pelo poder público de um “urbanismo de exceção” voltado para operações urbanas que beneficiam a grupos de interesse específicos, nós, arquitetos, também estamos projetando para a exceção, como disse enfaticamente Erminia Maricato (2018).

As faculdades de arquitetura têm dado muita ênfase ao projeto autoral, rendendo-se à preparação de mão-de-obra designada para o mercado, e quase nada propõem de novo em projetos de habitação de interesse social, assentamentos precários, assessorias para mutirões – quando muito fazem a crítica. Concordando plenamente com Whitaker (2011),

Esse “mundo” da habitação de interesse social, da informalidade urbana (generalizada), simplesmente parece não pertencer ao “mundo” da arquitetura [...] a arquitetura brasileira, não obstante seu

inegável sucesso internacional, fracassou no seu papel social. É a única conclusão que se pode tirar ao olhar para um país onde, em média, 40% da população urbana vive precariamente, sem arquitetura nem urbanismo. Uma tragédia, que deveria tirar o sono dos arquitetos.

Não se trata aqui de culpar a produção dos escritórios voltados para o mercado de alta renda pois sem dúvida são importantes para o avanço da arquitetura, mas é preciso rever e se aproveitar melhor o universo profissional do arquiteto, que vai muito além da produção exclusiva para a elite. Só em Maceió, 2/3 da população vive na ilegalidade. Está faltando aprendermos com os erros, tirarmos lições das tragédias que estão passando aos nossos olhos rapidamente no click do celular. A última delas – o incêndio seguido de desabamento do edifício histórico e tombado Wilton Paes de Almeida no centro da cidade de São Paulo – que trouxe à tona problemas que sempre foram “varridos para baixo do tapete” da sociedade como o déficit habitacional, o descaso com a moradia e com o patrimônio histórico (e o que dizer sobre o modernista, que nem é reconhecido pelas pessoas como patrimônio?). Está faltando, definitivamente, paixão pelo que sabemos fazer de melhor, que é construir um mundo mais justo, começando pela principal função da cidade que é o direito ao habitar. Se cada arquiteto ou estudante de arquitetura abraçasse uma causa que tão bem conhece por formação (seja da habitação de interesse social, da mobilidade, do patrimônio, do paisagismo, da sustentabilidade...), promoveríamos o que Maricato (2018) chama de “alfabetização urbana” e as pessoas seriam informadas pelos profissionais corretos, os arquitetos – e não por uma mídia manipuladora – acerca

de seus direitos e responsabilidades na cidade e todos ganharíamos qualidade de vida e igualdade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Edusp, 2001.

BEGUIN, Françoise. As maquinarias inglesas do conforto. **Revista Espaço e Debates**, n.34., 1991. PP.39-54.

BRANDÃO, C. A. L. Um homem livre, uma cidade feliz. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p-36-53, jan/jun 2013. Acesso em 10 jan 2018.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

DUNKER, C. I. L. **Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma Psicopatologia do Brasil entre Muros**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

KEITH, T. E DEL RIO, V. New urbanismo, dependência do automóvel, senso de comunidade. Um estudo comparativo de dois conjuntos residenciais na Califórnia. **Arquitextos. Vitruvius**. N. 042.04 ano 04, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/639>>. Acesso em: 20 abr 2018.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Ed. Loyola, 1992, 5ª Ed.

_____ et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. Trad. Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LARA, F. L. Admirável urbanismo novo. **Arquitextos. Vitruvius**. N. 009.09 ano 01 fev. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/923>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

LARA, F. L. Os vizinhos do Pateta. **Arquitextos. Vitruvius**. N. 011.02 ano 01, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.011/899>>. Acesso em: 28 abr.

2018.

LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos Metrópole**, n. 13, pp. 229-253, 1º sem. 2005. Disponível em: <<http://cadernosmetropole.net>>. Acesso em: 12 dez 2017.

MARICATO, E. **A questão urbana no Brasil**. Aula aberta ministrada em 23 e 24 de março de 2018 como parte do Curso de Extensão Realidade Brasileira (FAMED UFAL).

MODESTO, M. da G. do S. **Condomínios horizontais loteamentos fechados: dinâmica de “privatização” do tecido urbano**. 2010. 149 f. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - UFAL, Maceió, 2010.

MUMFORD, L. **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Programa Minha Casa Minha Vida. Site oficial do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavida.gov.br/publicacoes>>. Acesso em 30 abr 2018.

ROLNIK, R. **O imaginário que ergue muros e a violência com endereço certo**. Blog da Raquel Rolnik. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/10/30/o-imaginario-que-ergue-muros-e-a-violencia-com-endereco-certo/>>. Acesso em: 7 out. 2017.

SOUZA, M. F. e E RIBEIRO FILHO, G. B. Refletindo sobre o marketing urbano: a venda da cidade ilusória nos subúrbios ingleses e em condomínios fechados no Brasil. **Arquitextos. Vitruvius**. N. 202.00. Ano 17, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.202/6480>>. Acesso em: 20 abril 2018.

WHITAKER, J. S. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: qual o papel da profissão? **Arquitextos. Vitruvius**. N. 133.07. Ano 12, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em 2 mai 2018.